



DECLARADO O ESTADO DE EMERGÊNCIA

As empresas **NÃO** devem suspender salários dos colaboradores durante a crise do COVID-19



Crédito: _Observador

O presidente da Confederação das Associações Económicas (CTA), Agostinho Vuma sugeriu, ontem, a suspensão dos contratos de trabalho durante 6 meses, com a substituição dos salários por subsídios, como forma de apoiar as empresas mais afectadas pela pandemia do covid-19. O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) discorda deste posicionamento e considera que o sector privado deve fazer a sua parte nesta crise, que está a afectar Moçambique, pagando o salário aos seus colaboradores. O en-

tendimento do CDD é que deve haver uma concertação social para assegurar que as empresas sobrevivam e, ao mesmo tempo se garanta o salário para os seus colaboradores.

Na segunda e quarta edições desta publicação "CDD especial Covid-19", o CDD analisou e propôs medidas de política económica, entre as quais o programa "bolsa família", para minimizar os impactos sócio-económicos negativos da pandemia do covid-19 na vida dos moçambicanos, particularmente para as famílias de baixo rendimento.

Ora, para que este reforço do poder de compra das famílias moçambicanas economicamente mais vulneráveis possa, de facto, contribuir para a manutenção da qualidade de vida das pessoas e consequentemente assegurar que estas cumpram com a ordem de isolamento social, é necessário que haja a devida correspondência em termos de produtos disponibilizados pelo lado produtivo e comercial da economia.

A propagação do novo coronavírus à escala mundial traz desafios sem precedentes na história económica global dos últimos 100 anos e, infelizmente, Moçambique não é excepção. As empresas moçambicanas, particularmente pelo facto de quase a totalidade da sua matéria prima ser importada, começam a se ressentir dos efeitos da crise económica global causada pela pandemia do covid-19. Com efeito, o sector empresarial moçambicano começa a enfrentar problemas de tesouraria e como consequência, brevemente terá dificuldades de honrar os seus compromissos financeiros com fornecedores, instituições de crédito e com os trabalhadores, devido a paralisação total ou parcial das suas actividades económicas em resultado da implementação de medidas de isolamento social, anunciadas pelo Presidente da República, para reduzir a propagação exponencial do coronavírus no território nacional. Estes efeitos económicos negativos são mais severos para seguimento de pequenas e médias empresas (PMEs) que, apesar serem as maiores geradoras emprego na economia, tem estruturas e capacidades financeiras frágeis que comprometem a sua capacidade de resiliência às crises economias como esta causada pelo covid-19. Assim, o CDD encoraja o Estado Moçambicano a rapidamente tomar medidas corajosas e contundentes que, por lado evitem a falência das empresas, e por outro lado, que permitam a manutenção do emprego dos trabalhadores, garantindo deste modo que a economia continue a funcionar.

Sabemos que, do ponto de vista de política económica, em Moçambique há todo tipo de problemas, sendo a governação, provavelmente o maior de todos eles. E porque nunca se conseguiu resolver esses problemas, o país continua subdesenvolvido e pobre. Uma das evidências recentes deste problema está ligado a experiência malsucedida do processo de apoio financeiro ao sector empresarial, da região centro e norte do país, para mitigação dos efeitos económicos negativos da destruição causada pelos ciclones IDAI e Kennedy em Março de 2019. Até hoje, o Governo está a “identificar o banco comercial que irá gerir” os cerca de



Agostinho Vuma, Presidente da Confederação das Associações Económicas (CTA)

Crédito: Club of Mozambique

20 milhões de dólares, disponibilizados pelo Banco Mundial, para apoiar o tecido empresarial de Sofala. Contudo, neste momento, o mais importante é encontrar soluções para salvar esta pequena economia moçambicana num contexto de crise, onde até as grandes potências económicas mundiais estão de rastos por causa desta pandemia do covid-19.

O CDD entende que o Estado Moçambicano tem que fazer muito mais, do que tem feito até agora, para garantir a continuidade do funcionamento das empresas e consequentemente garantir a disponibilidade de produtos básicos para a população durante a vigência do Estado de emergência sem comprometer o emprego da maioria da força de trabalho nacional. As medidas anunciadas pelo governo, tanto de política monetária como de política fiscal, são irrisórias para a dimensão da crise económica e financeira que o covid-19 esta a causar. A produtividade e receitas das empresas estão a baixar, as famílias de baixo rendimentos recebem passar fome pelo facto de, até ao momento, não existir um plano do Governo para apoiar as famílias cuja subsistência depende da economia informal, num cenário que é piorado pela especulação de preços dos produtos alimentares básicos.

Esta é uma situação económica terrível que exige rapidez, muita criatividade e capacidade intelectual do Estado para manter a economia a funcionar. Adicionalmente, é crucial para o sucesso deste processo que os critérios para a identificação das empresas beneficiárias sejam objetivos e justos, e não baseados em amiguismo ou em tráfego de influências como infelizmente tem

sido comum no nosso país. Neste momento de grande risco para a nossa já frágil economia, não importa individualidades nem diferenças sociais, partidárias, ideológicas, etc., o mais importante é que se faça um trabalho conjunto envolvendo todas as forças vivas da sociedade para salvar a nossa economia sem deixar nenhum moçambicano para trás.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Agostinho Machava
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhamumbo, Isabel Macamo.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



 Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

